

HISTÓRIA

SEMANA 22



29

Brasil: Primeiro Reinado e Período Regencial



Museu de História do Rio de Janeiro. Pintura de J. B. de Almeida.

Em 2008 foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808-1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil.

Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

Bahia – 1808: Parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.

Rio de Janeiro – 1808: Desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiriam durante sua permanência no Brasil.

Salvador – 1810: D. João assina a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas às nações amigas, ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.

Rio de Janeiro – 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.

Pernambuco – 1817: As tropas de D. João VI sufocam a revolução republicana.

GOMES, L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007. (adaptado)

Uma das consequências desses eventos foi

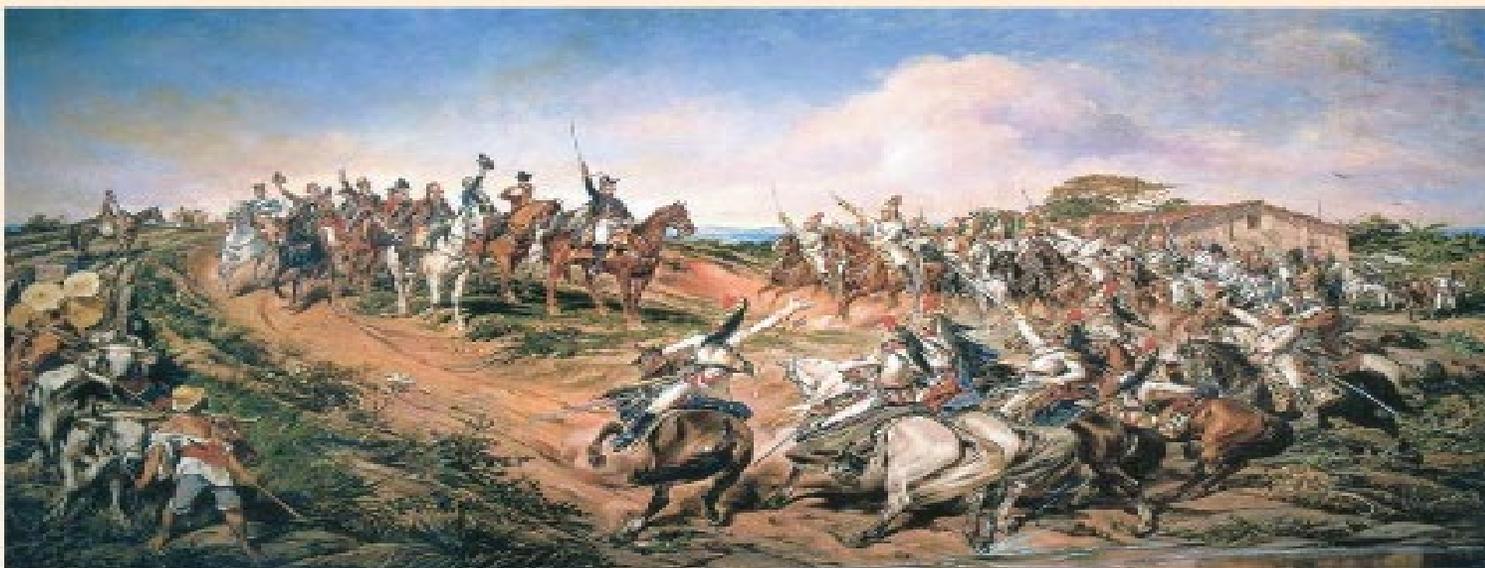
- a) a decadência do império britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros.
- b) o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.
- c) a conquista da região do rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.
- d) a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.
- e) o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

Troca de ideias

1. A leitura de uma obra de arte deve sempre levar em conta o contexto de sua produção. O quadro de Pedro Américo, que representa o grito do Ipiranga, foi uma encomenda do governo imperial para ilustrar o nascimento do Brasil como nação independente. Nesse sentido, é importante perceber todo o conjunto de representações, eternizado pela obra, que remete à construção de uma identidade nacional.

Em grupos, analisem a imagem e discutam a sua importância na formação da memória vinculada à História do Brasil.

2. Registre em seu caderno as informações e conclusões obtidas com a atividade.



Museu Paulista, São Paulo

AMÉRICO, Pedro.
Independência ou morte.
1888. 1 óleo sobre tela,
color., 760 cm x 415
cm. Museu Paulista, São
Paulo.

2. Com o objetivo de ordenar cronologicamente o período da história política brasileira denominado Império, complete a linha do tempo a seguir.



Roberto André, 2012, 2013



1800s. T. ORELLI SOBRE TELA, color., 760 cm x 415 cm. Museu Paulista, São Paulo.

2. Com o objetivo de ordenar cronologicamente o período da história política brasileira denominado Império, complete a linha do tempo a seguir.



Primeiro Reinado

A emancipação política do Brasil em relação a Portugal pouco alterou o quadro econômico e social presente em nossas terras. Os diversos grupos sociais ainda tinham grandes disparidades econômicas, e o trabalho escravo continuou a existir até o fim do Império. A participação na política estava restrita aos grupos privilegiados e detentores do poder econômico. A maioria da população era analfabeta e não tinha acesso à saúde e à educação.



Museu Histórico Nacional/Reprodução de autoria do Museu

Ao ser criado um projeto liberal que propunha a limitação dos poderes do imperador, D. Pedro I determinou o fechamento da Assembleia no dia 12 de novembro de 1823 e delegou a elaboração das leis a homens da sua confiança. Dessa forma, a Constituição de 1824 foi outorgada, isto é, imposta ao povo brasileiro.

- D. Pedro I, ao promover a nossa emancipação política, foi visto como o defensor da liberdade brasileira. Na obra de Bracet, foi retratado compondo a música para a letra do Hino da Independência, criada por Evaristo da Veiga. O imperador teve a sua imagem de liberal manchada pelo fechamento da Assembleia Nacional Constituinte e pela aprovação da Constituição

BRACET, Augusto. *Os primeiros sons do Hino da Independência*. 1922. 1 óleo sobre tela, color., 250 cm x 190 cm. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.



Interpretando documentos



Observe novamente a obra de Pedro Américo, *Independência ou morte*, destacada na seção Troca de Idéias. Analise essa obra e o poema a seguir e estabeleça relações entre as duas produções.

Logo após a Independência

Esse duvidoso grito

Houve uma constituinte

Que logo gerou atrito

E D. Pedro a dissolve

Quando viu que estava frito. [...]

É baixada logo a Lei

Feita pelo Imperador

É gente de confiança

Pra depois poder impor

Preservando os interesses

Do monarca repressor.

SANTOS, Gilvan Souza dos. *O povo e a constituinte: movimento de participação popular na constituinte*. Curitiba.

Após a análise dos dois documentos, responda às questões a seguir.



da Veiga. O imperador teve a sua imagem de liberal manchada pelo fechamento da Assembleia Nacional Constituinte e pela aprovação da Constituição

BRACCI, Augusto. *Os primeiros sons do Hino da Independência*. 1922. 1 óleo sobre tela, color., 250 cm x 190 cm. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.



Interpretando documentos



Observe novamente a obra de Pedro Américo, *Independência ou morte*, destacada na seção Troca de Ideias. Analise essa obra e o poema a seguir e estabeleça relações entre as duas produções.

Logo após a Independência

Esse duvidoso grito

Houve uma constituinte

Que logo gerou atrito

E D. Pedro a dissolve

Quando viu que estava frito. [...]

É baixada logo a Lei

Feita pelo Imperador

É gente de confiança

Pra depois poder impor

Preservando os interesses

Do monarca repressor.

SANTOS, Gilvan Souza dos. *O povo e a constituinte: movimento de participação popular na constituinte*. Curitiba.

Após a análise dos dois documentos, responda às questões a seguir.

a) Que tema é retratado pelo artista Pedro Américo? A que grito o poema faz referência?

- b) Ha alguma representação na obra de Pedro Américo que indique que o povo brasileiro ficou à margem do processo retratado? Em caso afirmativo, descreva tal representação.

- c) Explique de que maneira a outorga da Constituição de 1824 contribuiu para desfazer a imagem de D. Pedro I como libertador, a qual havia sido reforçada na obra de Pedro Américo.

Entre as principais características da Constituição outorgada em 1824, estavam o voto censitário, a submissão da Igreja ao Estado, o catolicismo como religião oficial e o estabelecimento de quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador. D. Pedro I respondia pelos poderes Executivo e Moderador, fato que desagradou aos brasileiros que desejavam um governo liberal. No nordeste do Brasil, mais uma vez eclodiu a violência.

Confederação do Equador (1824)

A outorga da Constituição de 1824 e a imposição do Poder Moderador levaram muitas regiões do Brasil a emitir protestos contra o autoritarismo de D. Pedro I. Em Pernambuco, o movimento tomou conformações de uma revolta político-social, que reivindicava a separação da região do restante do Império.

É importante salientar que a região de Pernambuco enfrentava grandes dificuldades desde o declínio do comércio açucareiro e recebia pouca atenção do governo central. A situação de empobrecimento e o descaso das autoridades foram causadores de movimentos de revolta na região desde o século XVIII.

Diante da ameaça de ser retirado do poder por um movimento promovido pelos brasileiros, D. Pedro I renunciou ao poder em 7 de abril de 1831. Logo após sua renúncia, partiu para Portugal, onde faleceu em 1834, deixando aqui seu filho Pedro de Alcântara, de 5 anos.



Pesquisa

1. A Guerra da Cisplatina pode também ser apontada como um fator de crise e como motivo para a abdicação de nosso primeiro imperador. Pesquise o assunto e anote os dados coletados em seu caderno.

História

11

2. Com base nas informações coletadas em sua pesquisa, assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.
 - () A região onde estava localizada a Província Cisplatina constituía uma importante região de fronteira entre Brasil e Argentina.
 - () Inicialmente, a colonização na região foi espanhola. Entretanto, essas famílias foram expulsas e em seu lugar foram fixadas famílias de origem portuguesa, que promoveram o desenvolvimento da região.
 - () Durante o período de Reino Unido, D. João VI promoveu a incorporação da região ao nosso território, com a denominação de Província Cisplatina.
 - () A Inglaterra, desejando o controle da região do Prata, procurou exercer influência sobre argentinos e brasileiros.
 - () Como resultado da disputa entre Brasil e Argentina, a Província Cisplatina foi anexada ao território brasileiro.Reescreva as afirmativas falsas nas linhas a seguir, tornando-as verdadeiras.

1. Observe a obra reproduzida a seguir.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Coroação de D. Pedro I*. 1828. Óleo sobre tela, 380 cm x 636 cm. Palácio Itamaraty, Brasília.

Após a análise da obra de Jean-Baptiste Debret e de acordo com as informações estudadas, analise as seguintes afirmações e indique a correta.

- a) O Brasil adotou a República como forma de governo após a emancipação política de Portugal.
- b) O Brasil não realizou sua emancipação política, pois D. Pedro I era português.
- c) Após a emancipação política do Brasil, houve muitas mudanças na totalidade dos setores, pois todas as características portuguesas de nossa cultura e de nossas instituições foram completamente banidas.
- d) O Brasil, assim como todos os demais países da América Latina, adotou a monarquia como forma de organização política.
- e) O Brasil adotou a monarquia como forma de gover-

como a Confederação do Equador, a Sabinada e o Contestado.

- c) favoreceu o reconhecimento do Brasil como nação independente, o que ocorreu sem reveses, à exceção dos Estados Unidos por conta da doutrina Monroe.
- d) estabeleceu a eleição pelo voto censitário para os governadores das províncias.
- e) determinou que representantes para o Senado e a Câmara seriam eleitos pelo voto direto e secreto.

3. (ENEM) Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos “barões do café”, para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

O contexto do Período Regencial foi marcado

- a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- d) pelo governo dos chamados regentes, que promo-

- b) O Brasil não realizou sua emancipação política, pois D. Pedro I era português.
 - c) Após a emancipação política do Brasil, houve muitas mudanças na totalidade dos setores, pois todas as características portuguesas de nossa cultura e de nossas instituições foram completamente banidas.
 - d) O Brasil, assim como todos os demais países da América Latina, adotou a monarquia como forma de organização política.
 - e) O Brasil adotou a monarquia como forma de governo após a emancipação política de Portugal. O fato de D. Pedro I ser coroado imperador mostra que muitas estruturas institucionais permaneceram com resquícios do Período Colonial.
2. (UESPI) A Constituição de 1824, resultante da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, marcou o início da institucionalização do poder monárquico no Brasil. Essa Constituição:
- a) criou o Poder Moderador de exclusividade do Imperador, o que na prática significava conceder-lhe poderes quase absolutos.
 - b) provocou a insatisfação em diversas províncias, estando na base da eclosão de diversas rebeliões,

dão e do tráfico negreiro.

O contexto do Período Regencial foi marcado

- a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
 - b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
 - c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
 - d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".
 - e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.
4. (UPE) A liberdade política exige lutas e enfrentamentos, muitas vezes, violentos. Em Pernambuco, a insatisfação da população levou à organização da Confederação do Equador, logo depois de 1822. Liderada pelos liberais, a Confederação tinha como objetivo:
- a) afirmar um governo baseado numa Monarquia Constitucional, segundo os modelos do Iluminismo francês.
 - b) definir um governo democrático, com o fim imediato da escravidão e do governo monárquico.

- c) reforçar a centralização política, sem, contudo, alterar a Constituição de 1824 e suas normas básicas.
- d) criar uma república federativa, facilitando a descentralização política e o fim do autoritarismo.
- e) destruir o poder dos grandes latifundiários, proclamando uma constituição radicalmente liberal.

5. (UNIR – RO) O texto abaixo foi extraído da Constituição do Império outorgada em 1824.

Art. 91 Têm votos nestas eleições primárias:

1º Os cidadãos brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos;

2º Os estrangeiros naturalizados;

Art. 92 São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

[...]

5º Os que não tiverem renda líquida anual de 100\$rs por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Com base no texto, analise as afirmativas.

- I. O Império nasceu como uma democracia plena na qual os direitos políticos de todos foram assegurados.
- II. O Império nasceu como um estado desigual no qual apenas as pessoas com posses e *status* social podiam votar e ser votadas.
- III. A maioria da população do Brasil durante o Império podia votar e ser votada.
- IV. A maioria da população no Brasil Império ficou excluída do processo eleitoral.

IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir

- a) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- b) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- c) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- d) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

7. (ENEM)

Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como Motim da Rua do Ouvidor.

Com base no texto, analise as afirmativas.

- I. O Império nasceu como uma democracia plena na qual os direitos políticos de todos foram assegurados.
- II. O Império nasceu como um estado desigual no qual apenas as pessoas com posses e *status* social podiam votar e ser votadas.
- III. A maioria da população do Brasil durante o Império podia votar e ser votada.
- IV. A maioria da população no Brasil Império ficou excluída do direito a voto.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e IV, apenas.

6. (ENEM)

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.

- e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

7. (ENEM)

Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como a Noite das Garrafadas, durante os quais os “brasileiros” apagavam as fogueiras “portuguesas” e atacavam as casas iluminadas, sendo respondidos com cacos de garrafas jogadas das janelas.

VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. (adaptado).

Os anos finais do I Reinado (1822-1831) se caracterizaram pelo aumento da tensão política. Nesse sentido, a análise dos episódios descritos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro revela:

- a) Estímulos ao racismo.
- b) Apoio ao xenofobismo.
- c) Críticas ao federalismo.
- d) Repúdio ao republicanismo.
- e) Questionamentos ao autoritarismo.

30

Brasil: Segundo Reinado



DAVID, Jacques-Louis; ROUGET, Georges. Coroação do imperador



Museu Histórico Nacional. Fotógrafo desconhecido

Política e economia

Logo após ser considerado maior de idade, D. Pedro II enfrentou a difícil tarefa de organizar o governo. Deveria convocar eleições para o senado e nomear novos ministros e governadores de província.

Mesmo com o fim do Período Regencial, continuaram as disputas políticas entre liberais e conservadores. Nas eleições de 1840, os liberais, que apoiaram o Golpe da Maioridade, venceram. Entretanto, em decorrência da violência que marcou o pleito (ficou conhecido como as “eleições do cacete”), D. Pedro II anulou a eleição e convocou um ministério formado por políticos conservadores.

A alternância de políticos liberais e conservadores foi uma constante durante toda a década de 1840. As disputas políticas acabaram gerando as Revoltas Liberais de 1842, em São Paulo e em Minas Gerais, e a Revolução Praieira, em Pernambuco, no ano de 1848.

A Revolução Praieira deve seu nome ao jornal *Diário Novo*, localizado na Rua da Praia, em Recife. O jornal era o principal veículo de propaganda do Partido Liberal na província.

O movimento armado que eclodiu nas ruas do Recife teve como causas locais as rivalidades entre portugueses e brasileiros e a nomeação de um governador conservador para a Província de Pernambuco. A influência dos movimentos liberais europeus, que lutavam pelo fim dos governos autoritários, também contribuiu para a eclosão do movimento.

O “Manifesto ao Mundo”, publicado no *Diário Novo*, explicitava os objetivos do movimento: um governo mais liberal, maior autonomia para as províncias, direito ao voto livre e universal, fim do Poder Moderador, garantia de emprego para todos os brasileiros, liberdade de imprensa, fim do monopólio de portugueses sobre o comércio, entre outras reivindicações.

O governo imperial enviou tropas a Pernambuco, e o movimento terminou com a detenção dos líderes em 1851, quando o número de integrantes já havia diminuído bastante.

Em 1847, com o objetivo de acabar com as lutas partidárias, o parlamentarismo foi instituído no Brasil. De acordo com a nova forma de administração, o Imperador ficaria responsável pelo Poder Moderador e um primeiro-ministro responderia pelo Poder Executivo. Entretanto, no Brasil, apesar da instalação do parlamentarismo, o Imperador permaneceu com amplos poderes, entre eles, nomear o primeiro-ministro, dissolver a Câmara e ainda exonerar o ministério.

CONEXÕES

1. Cite um país que adota o parlamentarismo na atualidade.

2. Explique os motivos políticos que levam um país a adotar o parlamentarismo.

3. Atualmente, nossa República é parlamentarista? Explique.

A economia brasileira no decorrer do século XIX ainda apresentava muitas características da economia colonial: agrícola, latifundiária, exportadora e baseada na mão de obra escrava. Entretanto, a partir de 1840, o **café** passou a ser a nossa grande riqueza, e o mercado interno, apesar da manutenção do trabalho escravo, sofreu uma pequena expansão em decorrência da chegada das famílias imigrantes.

O **café**, originário da Abissínia (Etiópia), foi levado para a Península Ibérica pelos árabes. Durante o século XVIII, os franceses trouxeram as primeiras mudas para a América (Guiana Francesa). Em 1727, Francisco de Mello Palheta trouxe algumas mudas para o Brasil. Elas foram plantadas em Belém. No fim do século XVIII, o café passou a ser plantado no Rio de Janeiro e, durante o Período Joanino, início do século XIX, sua produção se expandiu pela Província do Rio de Janeiro, atingindo Angra dos Reis e Mangaratiba.

É importante lembrar que a escravidão foi um grande empecilho para o desenvolvimento do comércio interno, porque os

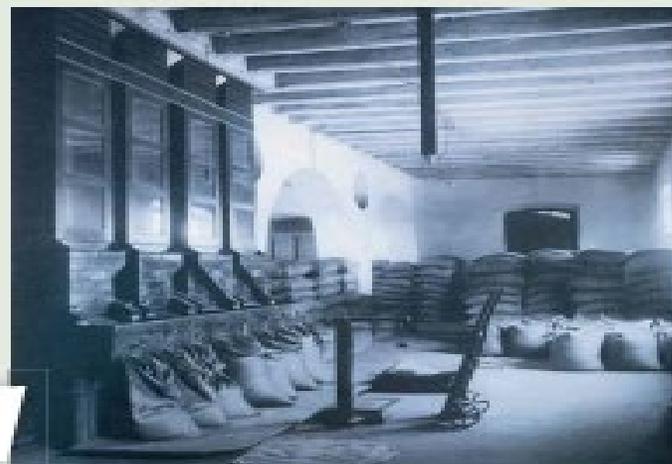


Pesquisa

1. Pesquise a respeito da produção de café nas fazendas localizadas no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro) e no Oeste Paulista. Procure diferenciar a estrutura de organização, as técnicas de plantio, a mão de obra utilizada e a exportação das colheitas nos dois grupos de fazendas. Anote as informações em seu caderno.

CASA de máquinas. 1 fotografia, p.63b.
ARGOLLO, André. *Arquitetura do café*.
Campinas: Unicamp, 2004. p. 163.

Interior de uma casa de máquinas de uma fazenda de café do Oeste Paulista



Centro de Memória do Unicamp/Arquivo Enciclopédia

2. De posse das informações, analise as afirmativas, marcando VP para as fazendas localizadas no Vale do Paraíba e OP para as localizadas no Oeste de São Paulo.
- Apogeu das plantações por volta de 1850 e declínio a partir de 1870.
 - Utilização de uma maior área para o plantio dos pés de café por causa da distância entre eles.
 - Plantio dos pés de café com um menor espaço entre eles, fato que propiciou o plantio de mais pés no espaço destinado à lavoura cafeeira.
 - Predomínio da utilização da mão de obra escrava.
 - Transporte da produção por meio de tropas de gado até o porto.
 - Construção de ferrovias para facilitar o transporte da produção até o porto.
 - Separação entre setores produtor e exportador.
 - Incentivo à utilização da mão de obra imigrante em substituição à mão de obra escravizada.
3. (UFLA – MG) As primeiras e decisivas mudanças na economia brasileira ocorreram no Oeste Paulista, onde se introduziam a mão de obra livre, a mecanização no beneficiamento e a divisão do trabalho em diferentes graus de especialização. Essas transformações ocorreram em consequência da:

a) migração de ouro e diamantes.

d) industrialização urbana.

3. (UFLA – MG) As primeiras e decisivas mudanças na economia brasileira ocorreram no Oeste Paulista, onde se introduziam a mão de obra livre, a mecanização no beneficiamento e a divisão do trabalho em diferentes graus de especialização. Essas transformações ocorreram em consequência da:

- a) mineração do ouro e diamantes;
- b) monocultura do algodão;
- c) expansão da lavoura canavieira;
- d) industrialização urbana;
- e) expansão da cafeicultura.

Surto de industrialização

Estudamos que durante o século XIX a economia brasileira foi predominante agrícola e voltada para o mercado externo. Entretanto, o Segundo Reinado viveu o que ficou denominado de "surto industrial".

No Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife, surgiram fábricas de tecidos e confecções, chapéus, sombrinhas, louças, sapatos, artigos de couro, vidro, etc. Eram pequenas fábricas, cuja produção se destinava ao consumo local.

As iniciativas empresariais de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, voltadas à economia brasileira foram decisivas para lançar a semente da modernização no Brasil Império. A expansão da rede ferroviária, do transporte

marítimo e da iluminação a gás, a introdução do telégrafo ligando o Brasil à Inglaterra, entre outras contribuições, devem muito ao seu espírito empreendedor. Até então, o Brasil se encontrava demasiadamente atrelado aos tratados de comércio firmados com a Inglaterra em 1810 e ratificados em 1826. Por conta desses acordos, os produtos ingleses pagavam tarifas alfandegárias baixíssimas. Tal fato era um grande entrave para o nascimento de uma indústria nacional que pudesse competir em preço e em qualidade com as mercadorias provenientes da indústria inglesa.



Interpretando documentos



A respeito da política de utilização de trabalhadores imigrantes no Brasil Imperial, leia o fragmento a seguir.

Para que as colônias [povoamentos formados por famílias imigrantes] chegassem a constituir um êxito com a política imigratória e atraíssem pelo exemplo correntes espontâneas de povoamento, teria sido necessário que as mesmas se dedicassem de imediato a atividades produtivas rentáveis. Esse objetivo só poderia ser alcançado em dois casos: integrando a colônia nas linhas de produção de um artigo de exportação, ou orientando-a de imediato para a produção de artigos que dispusessem de mercado no país. A produção para exportação estava organizada no sistema de grandes plantações, exigindo uma imobilização de capital que não era acessível aos colonos em sua etapa de instalação. Em todo caso, se se decidissem a plantar café, os colonos teriam que concorrer com empresas que exploravam a mão de obra escrava. Demais, e perfeitamente explicável que a classe dirigente da economia cafeeira, cuja influência no governo já era decisiva, não demonstrasse nenhum interesse em subsidiar uma imigração que nada concorreria para solucionar o problema da mão de obra em suas plantações e que com ela viesse concorrer no mercado do café. Por outro lado, a possibilidade de produzir para o mercado interno dependia da expansão deste, a qual por seu lado pressupunha o desenvolvimento da economia de exportação. Como a chave do problema das exportações era a oferta de mão de obra, retornava-se ao ponto de partida.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1992. p. 125.

Após a análise do texto, responda às questões a seguir.

- a) Explique o tipo de política econômica necessária para atrair as famílias imigrantes.
- b) Estabeleça relação entre a utilização da mão de obra escravizada e o desenvolvimento do mercado interno no Brasil.
- c) Qual era o principal objetivo dos grandes proprietários em trazer trabalhadores imigrantes para o Brasil?

A respeito do trabalho presente na vida de uma criança escravizada, desde a mais tenra idade, leia o fragmento a seguir.

Por volta dos 12 anos, o adiestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Examinando as listas de escravos dos inventários *post mortem* de 1790 a 1835, observa-se que era nesta idade que os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico roça, João pastor, Ana mucama. Alguns haviam começado muito cedo. O pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves na fazenda de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor. Manoel, aos oito anos, já pastoreava o gado da fazenda de Guaxindiba, pertencente à baronesa de Macaé. E de Rosa, escrava de Josefa Maria Viana, aos 11 anos de idade dizia-se ser costureira. Aos 14 anos, era-se um adulto completo.

O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorava as habilidades que aos poucos se afirmavam. Entre os quatro e os 11 anos, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho – que levava o melhor e o mais do tempo, diria Machado de Assis. Aprendia um ofício e a ser escravo: o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial. Assim é que, comparativamente ao que valia aos quatro anos de idade, por volta dos sete um escravo era cerca 60% mais caro e, ao redor dos 11, chegava a valer até duas vezes mais. Aos 14 anos a frequência de garotos desempenhando atividades, cumprindo tarefas e especializando-se em termos ocupacionais era a mesma dos escravos adultos.



Extremadil Comment



Levillato Norvello Salvo Fotografia de José Machado

Após a análise dos documentos, responda às questões a seguir.

a) Cite os meios que contribuíam para o aumento do preço de um jovem escravizado.

b) Explique o fragmento: “Aprendia um ofício e a ser escravo: o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial”.

c) Qual era a principal ameaça (citada no texto) para um proprietário de crianças escravizadas?



Outras versões

A respeito das inúmeras possibilidades de se explicar os motivos que deflagraram a Guerra do Paraguai, leia o fragmento a seguir.

O comércio inglês não dissimulava sua inquietação, não só porque aquele último foco de resistência nacional no coração do continente era invulnerável, mas também e, sobretudo, pela força do exemplo que a experiência paraguaia irradiava perigosamente para os vizinhos. O país mais progressista da América Latina construía seu futuro sem inversões estrangeiras, sem empréstimo do banco inglês e sem as bênçãos do livre comércio.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 127.

De acordo com o fragmento e nossos estudos a respeito do conflito que atingiu os países banhados pelo Rio da Prata, analise estas afirmativas.

- I. Eduardo Galeano aponta para a participação da Inglaterra, que desejava eliminar a possível concorrência paraguaia na região.
- II. O desenvolvimento da economia paraguaia poderia servir de exemplo para outras nações latino-americanas, fato que os ingleses desejavam evitar.
- III. Eduardo Galeano defende que o conflito ocorreu essencialmente pelas rivalidades entre as nações latino-americanas.

Conforme sua análise, assinale a alternativa correta.

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Todas as afirmativas são falsas.
- c) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- e) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.



Interpretando documentos



Observe os artigos e parágrafos previstos na Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco.

Art. 1 – Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta Lei serão considerados de condição livre e havidos por ingênuos.

§ 1 – Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores das mães, os quais terão a obrigação de criá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

Art. 2 – O Governo poderá entregar a associações por ele autorizadas os filhos de escravos nascidos desde a data desta Lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores...

§ 1 – As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até os 21 anos completos e poderão alugar esses serviços...

BRASIL. Lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1871/18712040.htm>. Acesso em: 18 maio 2015.

 Após a leitura atenta, responda às questões em seu caderno.

- a) Os filhos de escravizados nascidos a partir de 1871 realmente nasciam livres da escravidão? Justifique sua resposta.
- b) As associações a que eram destinados os filhos de escravizados após 1871 eram instituições que tinham como objetivo a emancipação e o bem-estar das crianças já nascidas livres segundo a lei? Justifique sua resposta.



Hora de estudo

1. (UFSC)

Os africanos foram trazidos do chamado continente negro para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que, entre 1550 e 1855, entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria de jovens do sexo masculino.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995. p. 51.

Sobre a escravidão no Brasil, é CORRETO afirmar que:

1. O Quilombo dos Palmares, organizado no interior do atual Estado de Alagoas, é considerado o mais importante do período colonial e foi liderado por Zumbi.
2. O dia da consciência negra celebra a assinatura da Lei Áurea no século XIX, que proclamou a liberdade dos escravos.
4. Aos escravos só restava a rebeldia como forma de reação, a qual se manifestava através do assassinato de feitores, das fugas e até do suicídio. Não havia qualquer forma de negociação com vistas a melhores condições de vida por parte dos negros.
8. Eram chamados quilombos os espaços determinados para alojar os escravos destinados ao comércio e foram fundamentais na estrutura produtiva dos engenhos de açúcar.
16. No continente africano, os vários povos estavam divididos em etnias organizadas em tribos, clãs e reinos. Apesar desta divisão, a unidade desses povos foi uma forma de resistirem à escravidão e não serem transformados em mercadoria.
32. A Constituição de 1988 afirma que “cabe aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos”. Este artigo da Constituição solucionou a “questão quilombola” no Brasil.

64. Através das obras do pintor e desenhista alemão Johan Moritz Rugendas, é possível conhecer aspectos do cotidiano da escravidão. Ele aqui esteve no século XIX e deixou preciosa fonte iconográfica sobre a vida no Brasil.

Somatório: _____.

2. (UFSCAR) Considere a linha do tempo e cinco acontecimentos importantes na História do Brasil no século XIX, relacionados a seguir.

1824 – 1835 – 1836 – 1850 – 1870

- I. Fim da Guerra do Paraguai.
- II. Abolição do tráfico negreiro.
- III. Revolta dos Malês na Bahia.
- IV. Primeira Constituição brasileira.
- V. Café começa a ser produzido no Vale do Paraíba.

Seguindo a linha do tempo, os cinco acontecimentos que ocorreram ao longo do século XIX foram

- a) I, II, III, IV, V.
- b) II, III, IV, I, V.
- c) III, V, I, II, IV.
- d) V, II, IV, I, III.
- e) IV, III, V, II, I.

3. (UNICAMP – SP)

O imperador D. Pedro II era um mito antes de ser realidade. Responsável desde pequeno, pacato e educado, suas imagens constroem um príncipe diferente de seu pai, D. Pedro I. Não se esperava do futuro monarca que tivesse os mesmos arroubos do pai, nem a imagem de aventureiro, da qual D. Pedro I não pôde se desvincular. A expectativa de um imperador capaz de garantir segurança e estabilidade ao país era muito grande. Na imagem de um monarca maduro, buscava-se unificar um país muito

b) Que características do período regencial ameaçavam a estabilidade do país?

4. (ENEM)

O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras: “Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1º o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos *meetings* [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2º a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3º a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas ‘fábricas’; 4º a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5º a ação da família imperial.”

Joaquim Nabuco. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 144 (com adaptações).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

a) de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que liber

a) I, II, III, IV, V.

b) II, III, IV, I, V.

c) III, V, I, II, IV.

d) V, II, IV, I, III.

e) IV, III, V, II, I.

3. (UNICAMP – SP)

O imperador D. Pedro II era um mito antes de ser realidade. Responsável desde pequeno, pacato e educado, suas imagens constroem um príncipe diferente de seu pai, D. Pedro I. Não se esperava do futuro monarca que tivesse os mesmos arroubos do pai, nem a imagem de aventureiro, da qual D. Pedro I não pôde se desvincular. A expectativa de um imperador capaz de garantir segurança e estabilidade ao país era muito grande. Na imagem de um monarca maduro, buscava-se unificar um país muito grande e disperso.

(Adaptado de Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 62, 70, 91)

a) Segundo o texto, quais os significados políticos da construção de uma imagem de D. Pedro II que o diferenciava de seu pai?

da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2º a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3º a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas ‘fábricas’; 4º a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5º a ação da família imperial.”

Joaquim Nabuco. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 144 (com adaptações).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

- a) de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- b) de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.
- c) partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.

- d) política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.
- e) religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

5. (UNICAMP – SP)

O progresso econômico no Brasil da segunda metade do século XIX acarretou profundo desequilíbrio entre poder econômico e poder político. Na década de 1880, o sistema político concebido a partir de 1822 parecia pouco satisfatório aos setores novos. O Partido Republicano recrutou adeptos nesses grupos sociais insatisfeitos.

(Adaptado de Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 15-16.)

- a) fomentar ações públicas para ocupação das terras do interior.
- b) adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
- c) definir uma política de subsídio governamental para o fomento da imigração.
- d) regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para sobrevivência das fazendas.
- e) financiar a fixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

7. (ENEM)

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação.



ganha instabilidade social não que instaram ao estado
quilibrium entre poder econômico e poder político?

6. (ENEM)

Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?

Resposta de Manuel Felizardo de Sousa e Mello, diretor geral das Terras Públicas, ao Senador Vergueiro. In: ALENCASTRO, L. E. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontaram o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de



FERREZ, M. D. Pedro II. SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente:

- a) Habilidade militar — riqueza pessoal.
- b) Liderança popular — estabilidade política.
- c) Instabilidade econômica — herança europeia.
- d) Isolamento político — centralização do poder.
- e) Nacionalismo exacerbado — inovação administrativa.